

EDITORIAL

Anunciamos com felicidade a publicação do 44º número da revista Ítaca! Sendo a segunda edição de 2025, contamos com 11 artigos e 2 traduções. Esperamos que a leitura seja valiosa e proveitosa para as/os leitoras/es.

Iniciamos com o artigo “As Leituras Nietzscheanas sobre a Gênese do Cristianismo”, de Eron Santos, que nos apresenta uma análise da leitura de Nietzsche sobre a origem e o papel do cristianismo, destacando sua crítica à transformação do Deus judaico Javé, de uma figura guerreira para um Deus moral e pacífico. Essa mudança, segundo Nietzsche, representa a decadência dos valores vitais e a ascensão de uma moral fraca e ressentida, culminando no niilismo. O texto explica que Jesus é interpretado por Nietzsche como um “espírito livre” cuja mensagem original foi distorcida, dando origem a uma religião que reprime os instintos e nega a vida. O artigo também contextualiza historicamente o surgimento do cristianismo no século I d.C., sua influência na formação da civilização europeia e a relação entre judaísmo, monoteísmo e cultura agrícola das antigas civilizações do Oriente Próximo.

Em seguida, no artigo “A Canção Popular e a Subjetividade Cósmica de Arquíloco: uma leitura metafísica”, Larissa Medeiros apresenta uma análise da concepção de canção popular na juventude de Friedrich Nietzsche, com base em obras como *O Nascimento da Tragédia* e outros textos de sua fase filológica. O artigo discute a dimensão metafísica da música popular, entendida como uma forma de reconexão do ser humano com sua natureza primordial por meio da experiência dionisiaca. Para Nietzsche, a canção popular expressa a unidade e a vontade de um povo, revelando suas experiências coletivas através da união entre melodia e palavra, que dá origem à tragédia grega. Inspirado pela cultura helênica, Nietzsche propõe um paralelismo entre os mitos gregos e a cultura alemã, defendendo que o reconhecimento das origens míticas é essencial para o renascimento cultural e espiritual de um povo.

No artigo “A Relação entre Atenção e Amor”, Reginaldo Gonçalves Gomes apresenta um estudo sobre a relação entre atenção e amor na formação de comunidades e na construção do conhecimento. O artigo defende que o amor é uma virtude epistêmica, que depende de responsabilidade e atenção consciente para ser exercido de forma coletiva, analisando como diferentes formas de atenção influenciam a percepção

e o amor. Fundamentado em Carolyn Dicey Jennings, bell hooks e Iris Murdoch, o texto mostra que a atenção é um tipo de conhecimento sensível e que o amor desempenha um papel central na moralidade e na epistemologia. Conclui-se que incorporar o amor à epistemologia pode fortalecer os laços comunitários e servir como ferramenta de resistência às injustiças.

Luiza Bello, no artigo “A Noção de “Pessoa”: aproximações entre as filosofias de Max Scheler e de Martins Heidegger”, apresenta uma análise comparativa entre as concepções de pessoa em Max Scheler e de ser em Martin Heidegger, buscando aproximar as duas perspectivas filosóficas. O trabalho propõe compreender a noção de pessoa em Scheler a partir de sua dupla unidade — ideal e concreta, relacionando-a à “determinação-de-ser” de Heidegger. Embora Heidegger critique o caráter essencialista da concepção scheleriana, o estudo procura reinterpretar a pessoa como um ser em relação dinâmica com o mundo circundante, superando uma visão fixa ou substancial. Assim, o vocabulário heideggeriano serve como chave interpretativa para repensar a noção de pessoa em Scheler sob uma perspectiva não essencialista e mais existencial.

Em “Os Usos Políticos da Dúvida: o ceticismo entre a prudência conservadora e a contestação agonística”, João M. Nonato investiga o ceticismo na teoria política como uma atitude que envolve dimensões afetivas, intelectuais e normativas. O texto compara duas tradições: a conservadora, de Burke a Oakeshott, em que a dúvida atua como prudência e moderação, e a agonística, representada por Judith Shklar, em que o ceticismo serve à crítica e à desconstrução de ordens naturalizadas. O ensaio argumenta que o ceticismo não tem um conteúdo político fixo, podendo funcionar de forma prudencial, crítica ou antipolítica, dependendo do contexto. Por fim, propõe entender a dúvida como uma prática situada de gestão da incerteza, com impacto direto nas dinâmicas políticas.

Com o artigo “Animaquinismo: a revolta contra a maquinização da vida na literatura de John Steinbeck”, de Bruno Pfeil, nos havemos com um ensaio que utiliza a obra *As vinhas da ira*, de John Steinbeck, para refletir sobre os conceitos de matilhamentos nômades e phyla animaquínicos. A narrativa do romance é interpretada como uma crítica à violência da modernização e da industrialização nas primeiras décadas do século XX, que expulsou agricultores de suas terras e destruiu suas formas de vida (*Lebensform*). Nesse contexto, os tratores simbolizam a máquina destrutiva, enquanto os bancos representam forças impessoais e inatingíveis. O ensaio articula ideias de Fahim Amir, Deleuze e Guattari e Mel Y. Chen para discutir a maquinização

da vida e propor a distinção entre códigos de vida e códigos de morte. A partir disso, desenvolve-se o conceito de animaquinismo, que associa o movimento migratório e a resistência das famílias expulsas a formas de vida animadas, nômades e em constante transformação.

Passamos, então, para o artigo “O Gênio em Schiller como Condição da Liberdade na Obra de Arte”, de Rayssa Fonseca e Ricardo Toledo. Nesse artigo, se investiga a objetividade do belo em Friedrich Schiller, com base na analogia entre beleza e liberdade presente no fenômeno artístico. O estudo discute a relação entre as razões teórica e prática no entendimento da beleza, buscando compreender como ela se manifesta na arte e qual é o papel do gênio nesse processo. Analisa-se, ainda, a possibilidade de a obra de arte ser autônoma e autossuficiente, livre de coerções externas, contrapondo-se ao subjetivismo e à falta de técnica que subordinam a criação artística às limitações do artista ou do meio.

A seção de tema livre se encerra com o artigo “O ensino de filosofia como problema filosófico: alguns apontamentos a partir de Alejandro Cerletti”, de Pâmela Bueno Costa. O texto propõe uma reflexão sobre o ato de ensinar filosofia como uma questão filosófica em si. Em vez de apenas transmitir conteúdos, o professor é visto como alguém que estimula a reflexão e o exercício do filosofar, promovendo um espaço de diálogo e pensamento crítico. O aluno, por sua vez, tem um papel ativo, participando do processo por meio da escuta, da investigação e da construção de ideias próprias. Assim, o ensino de filosofia é apresentado como uma prática dinâmica e desafiadora, que exige constante questionamento sobre seus métodos e propósitos pedagógicos.

Apresentamos, então, as traduções “Desacordos Profundos (Parte 1): Teorias dos Desacordos Profundos” e “Desacordos Profundos (Parte 2): Epistemologias dos Desacordos Profundos”, de Chris Ranalli e Thirza Lagewaard, ambas originalmente publicadas em inglês, em 2022, na revista *Philosophy Compass* (v. 17, n. 12). Traduzidos por Cello Pfeil e revisados por Bruno Latini Pfeil, os artigos nos oferecem uma visão ampla e detalhada sobre a epistemologia dos desacordos, desde a publicação de Robert Fogelin em 1985, do artigo *A Lógica dos Desacordos Profundos*, até debates recentes envolvendo conflitos políticos intensos.

Seguindo nesse tema, contamos com o artigo “Desacordos relativos à percepção” de Eduardo Novaes, que escreve sobre a concepção de *forma de vida* na filosofia de Ludwig Wittgenstein, mostrando como o filósofo relaciona a linguagem e a ação ao contexto compartilhado em que os significados se formam. Ao vincular as

formas de vida aos jogos de linguagem, Wittgenstein sugere que o sentido não deriva de fundamentos objetivos, mas das práticas humanas. O artigo, inspirado em David Hume, propõe investigar os limites epistemológicos dessa noção nos últimos escritos de Wittgenstein sobre cores, questionando a validade da forma como o filósofo utiliza formas de vida como parâmetro de compreensão do mundo.

Apresentamos, em seguida, o artigo “Por gramáticas monstruosas: desacordos mais-que-profundos e formas-de-vida”, de Cello Pfeil, que propõe uma releitura dos trabalhos existentes sobre desacordos profundos e monstruosidades na filosofia. Pfeil mobiliza os textos de Derrida, *O animal que logo sou (A seguir)* e *E se o animal respondesse?*, para questionar a possibilidade de o monstro discordar, e mobiliza *Da certeza*, de Wittgenstein, para usar as noções de formas de vida e dobradiças. O artigo busca problematizar a dicotomia humanidade/monstruosidade em relação a injustiças epistêmicas, como pensado por Miranda Fricker, e a desacordos profundos.

Finalizamos a edição com o artigo “O incompreensível jurídico: “perda de sentido” a partir de O Processo de Kafka”, de André Nogueira. O artigo analisa a obra *O Processo*, de Franz Kafka, argumentando que o direito, entendido como linguagem e instituição, gera um campo de desacordo profundo com a experiência cotidiana. A leitura proposta mostra como a linguagem jurídica, no universo entrópico kafkiano, exclui e aliena o sujeito, tornando-o conformado a um sistema naturalmente opressor. Em vez de promover sentido ou reconciliação, o Direito reforça a violência e a opacidade das instituições modernas, evidenciando sua incapacidade de diálogo com a experiência humana comum.

Encerramos, aqui, nosso editorial e esperamos que tenham uma leitura proveitosa.